

## **A educação especial na perspectiva inclusiva: concepções e desafios dos professores**

### Special education from the inclusive perspective: teachers' conceptions and challenges

Joice Fernanda Pinheiro<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este artigo é fruto de uma pesquisa relacionada as concepções e aos desafios que ainda são enfrentados pelos professores no sentido de existir uma educação inclusiva. Determinou-se como questões a serem discutidas se: Os professores estavam preparados para trabalhar com alunos com deficiência? Quais as concepções e quais os desafios enfrentavam nesse processo de inclusão. Para tanto, utilizou-se como aporte teórico algumas legislações bem como, a Política Nacional da Educação Inclusiva (2008), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2011), Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2004), Resolução CNE/CEB N° 02 (2001). Como pressupostos teóricos foram utilizados autores como: Bardin (1977), Carvalho (2000), Ludke (1986), Mantoan (2010), O caminho metodológico deu-se pela pesquisa de natureza qualitativa e foi desenvolvida em uma escola de Ensino Médio da rede estadual de ensino do estado do Maranhão. Os sujeitos envolvidos constituíram-se de doze professores. Como procedimentos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e de campo. Dentre as técnicas de pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada. No

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA (2017). Especialista em Gestão Educacional e Escolar pelo Núcleo de Tecnologias para Educação - UEMANET da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA (2019).

*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.11, n.31, p. 625 - 649, 2020*

ISSN 2177-7691

Recebido em março de 2020 e aceito em abril de 2020

tratamento e análise dos dados fez-se uso do método de análise de conteúdo. Os resultados obtidos revelaram fatores que estão estritamente ligados à não concretização de da Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, devido ao déficit de esclarecimento de formação dos profissionais que trabalham no âmbito educacional e devem atender alunos com deficiência.

**Palavras- chave:** Educação Especial Inclusiva. Concepções de professores. Desafios educacionais.

### **Abstract**

This article is the result of research related to the conceptions and challenges that are still faced by teachers in the sense of an inclusive education. It was determined as questions to be discussed if: Were the teachers prepared to work with students with disabilities? What are the conceptions and what challenges faced in this inclusion process. For this purpose, some legislation was used as a theoretical contribution, as well as the National Policy for Inclusive Education (2008), National Guidelines for Special Education (2001), Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (2015), Salamanca Declaration (1994), National Education Guidelines and Bases Law (2011), Inclusive Education Program: right to diversity (2004), Resolution CNE / CEB N° 02 (2001). As theoretical assumptions were used authors such as: Bardin (1977), Carvalho (2000), Ludke (1986), Mantoan (2010), The methodological path was given by qualitative research and was developed in a high school in the network state school of Maranhão. The subjects involved consisted of twelve teachers. As procedures, bibliographic and field research were used. Among the research techniques, semi-structured interviews were used. In the treatment and analysis of the data, the content analysis method was used. The results obtained revealed factors that are strictly linked to the failure to implement the Special Education Policy in an inclusive perspective, due to the lack of clarification in the training of professionals who work in the educational field and must attend students with disabilities.

**Keywords:** Inclusive Special Education. Teachers' conceptions. Educational challenges.

## **Introdução**

O presente artigo vem abordar questões ligadas aos desafios presentes no processo inclusivo de alunos com deficiência na Educação Básica. Quando discorremos sobre a inclusão na educação, estamos nos referindo às matrículas dos alunos com deficiências em classes comuns da rede regular do ensino público. Sabe-se que a prática dessas matrículas está presente no contexto atual e está pautado em diversas legislações, decretos e documentos oficiais bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que aprova e diz ser necessário o processo inclusivo.

Ao propor a discussão sobre o processo de inclusão, acompanha-se o discurso relacionado às condições da oferta educativa das escolas com vias a uma inclusão concreta, de qualidade, que a escola seja para todos, e em especial aos que tenham alguma deficiência. O atual cenário social apresenta uma riqueza de possibilidades para que a educação tenha bases na diversidade. Portanto existe a necessidade de se está atento sobre essa questão para que, o sistema e os próprios profissionais com as suas atitudes não tirem do ambiente escolar os alunos que conseguiram ingressar e ter acesso à educação (PINHEIRO, 2017).

A escola em que a pesquisa foi realizada permitiu que a investigação ocorresse devido a uma parceria entre escola e universidade, no entanto foi percebido que no tocante a questões relacionadas à inclusão a primeira impressão foi de relatos angustiados e preocupados, uma vez que a inclusão é obrigatória, mas a realidade da escola por sua vez não apresenta estrutura arquitetônica e pedagógica para lidar com esses alunos.

Ao falar de inclusão é de notório saber que não se restringe apenas a questões de acessibilidade física, mas, também às questões pedagógicas e questões atitudinais, bem como o modo como agem diante da pessoa com deficiência no ambiente escolar, uma vez que em muitos casos ainda existe uma visão excludente. Nesse sentido, percebeu-se na escola investigada, certa angústia e aflição ao ser tocado no assunto acerca da inclusão na

referida escola, pois desde a direção até os professores havia um discurso de que a escola não tinha condições de realizar a inclusão no seu real sentido, uma vez que havia indisponibilidade de recursos, não havia suporte e na maioria dos casos a falta de acessibilidade plena tinha implicações no próprio professor que se dizia despreparadas para desenvolver seu trabalho com alunos com deficiência, por falta de formação e de conhecimento sobre a mesma. Outro fator está relacionado à própria sala de aula que em uma escola da rede pública tem em média 40 alunos ou mais. Dessa forma, havia implicações em como conseguir lecionar para os demais alunos e ainda conseguir desenvolver uma metodologia diferenciada para um aluno com deficiência.

Nesse sentido,

[...] aceitar o ideário da inclusão, não garante ao bem-intencionado mudar o que existe, num passo de mágica. A escola inclusiva, isto é, a escola para todos deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades não atinjam os níveis abomináveis com os quais temos convivido. (CARVALHO, 2000, p. 111).

À vista disso, este trabalho tem como questionamento saber quais são os desafios enfrentados para a promoção da inclusão de alunos com deficiência nos sistemas de ensino, bem como a referida escola onde ocorrerá a investigação, e como os profissionais da educação têm contribuído para esse processo. Assim têm-se como objetivo descrever acerca das concepções e desafios que são enfrentados pelos profissionais da educação em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência.

Para tanto, buscou-se descrever as dificuldades e as concepções dos profissionais da educação em relação ao processo de ensino de alunos com deficiência; e também elencar formação acadêmica desses profissionais e suas ações pedagógicas para alunos com deficiência.

Quanto aos procedimentos teórico-metodológicos destaca-se que: metodologia é entendida como possibilidade de produzir conhecimento científico. Não se trata de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de fazer ciência, a metodologia é, pois uma

disciplina instrumental a serviço da pesquisa, nela toda questão técnica implica em uma discussão teórica.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos optou-se pela pesquisa de bibliográfica e de campo.

Na pesquisa bibliográfica utilizaram-se os pressupostos de teóricos e autores contemporâneos como: Carvalho (2000), Ludke (1986), Mantoan (2010)s dentre outros. Estes deram o suporte teórico para esta investigação por esclarecer e apontar visões sobre a Educação Especial, bem como as propostas sobre a educação e as políticas públicas que norteiam a concepção do que é uma educação inclusiva. Paralelo aos fundamentos teóricos utilizou-se os dispositivos legais que tratam da Educação Especial e que orientam para prática inclusiva nas escolas de ensino comum, foram eles: Constituição da República Federativa do Brasil (2007), Política Nacional da Educação Inclusiva (2008), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2011), Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2004), Resolução CNE/CEB N° 02 (2001).

A pesquisa de campo teve como lócus uma escola da rede estadual de Educação Básica no Estado do Maranhão. A pesquisa de campo ocorreu numa abordagem qualitativa, devido exigir interação e aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo, possibilitando ao mesmo conhecê-lo a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

No tocante ao instrumento de coleta de dados, fez-se o uso de entrevista semiestrutura com alguns profissionais da educação, para coletar os dados empíricos. Com a finalidade de preservar as identidades dos profissionais dos quais foram coletados os dados empíricos pelas entrevistas, serão apresentados pela letra P e o respectivo número correspondente à ordem das entrevistas. Foram assim identificados, para que suas identidades fossem preservadas, cláusula contida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram entrevistados 12 professores da referida escola investigada. Considera-se que eles tiveram papel fundamental para a coleta dos dados desta investigação, pois estão

diretamente ligados ao objeto de estudo. Esclarece-se ainda que serão apresentadas apenas algumas falas de acordo com o objetivo a que se propõem este artigo.

Na análise e interpretação dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, por ser compatível com os diferentes tipos de discursos, permitindo conhecer o que está nas entrelinhas, isto é, o que está por trás das palavras. Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo compreende “um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A análise se deu de forma qualitativa, entendendo que essa técnica “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

As informações expostas nesta pesquisa podem contribuir não só para uma reflexão, mas também para o estudo e sensibilização sobre a necessidade de buscar métodos/meios para solução dos desafios contemporâneos para inclusão de pessoas com deficiência não só na escola, mas também na sociedade.

### **Políticas educacionais, concepções e desafios de seus profissionais para uma educação especial na perspectiva inclusiva**

No que diz respeito às políticas com vias a uma proposta de educação especial inclusiva, tem-se uma grande quantidade de leis, decretos e documentos oficiais que visam garantir os direitos dessas pessoas.

Em se tratando da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, compõe um paradigma educacional baseado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as ocorrências históricas da produção da exclusão dentro e

fora da escola. No decorrer do tempo à educação com uma proposta inclusiva vem tentando se solidificar, com base em uma política de educação para todos. Deve-se considerar que a inclusão serve de base para evolução educacional, que vise à transformação da sociedade, buscando um afastamento dos processos de exclusão, ainda muito presentes na nossa educação (BRASIL, 2008). No Brasil, podemos destacar algumas leis, decretos entre outros documentos que servem de subsídios para a Educação Especial.

Relativamente à legislação, apenas em 1961, o Atendimento Educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentada legalmente, pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61 a qual aponta o direito das pessoas com deficiência à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Os artigos 88 e 89 foram dedicados à Educação Especial. O artigo 88 traz orientações de que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-lo na comunidade”. Contudo, essa lei não se comprometeu com o ensino público dessas pessoas, deixando claro o apoio às iniciativas privadas. No artigo 89 fica evidente essa afirmação, quando se lê: “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções”. Claramente fica perceptível a falta de compromisso do poder público para com a educação das pessoas com deficiência. (BRASIL, 1961).

Em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Essa ideia é reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 54, inciso III, no qual diz ser dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente com deficiência, o “atendimento educacional, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990).

*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.11, n.31, p. 625 - 649, 2020*

Nesse cenário a educação brasileira como um todo vai tendo evidência nas discussões sociais e, de forma específica, a Educação Especial, a partir de 1996, com a aprovação da LDB nº 9.394/96, que dispõe no Capítulo V diretrizes específicas da Educação Especial, reconhecendo-a como modalidade de educação escolar e que deve ser “oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades educacionais especiais”. (BRASIL, 1996, p.22).

Nessa perspectiva, os princípios norteadores da LDB nº 9.394/96 também nortearam o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/01, este que trouxe objetivos e metas para a educação de pessoas com deficiências. O PNE enfatiza que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (BRASIL, 2001).

Já em 2001 com aprovação do Congresso Nacional por mediação do decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho, e promulgada pelo Decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001, a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência, celebrada na Guatemala, na qual o Brasil passa a ser signatário através do Decreto nº 3.956. A referida Convenção deixa clara impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação, exclusão ou restrição baseada em deficiências. (BRASIL, 2004). Esse acontecimento foi mais um reforço em prol da luta para inclusão das pessoas com deficiência. O impulso para a inclusão educacional e social se deu pelo Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e a nº 10.098/00, constituindo normas e critérios para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, em 2007 é lançado, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que têm como eixos, a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). (BRASIL, 2007, p.09).



Consequente aos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passam a serem repensadas, implicando uma mudança estrutural e cultural das escolas para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Com esse ponto de vista, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta em janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os progressos do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas para promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

Com a finalidade de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, dentre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituíram-se, por meio do Decreto nº7612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Em 06 de julho de 2015, é instituída a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, à qual se destina a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência e visa a inclusão social e cidadania. As políticas de educação inclusiva falam do acesso à escola, da participação e da aprendizagem de todos, visando à construção de uma nova cultura de valorização das individualidades.

Diante de tantas leis e decretos que visam a democratização e acesso ao ensino de pessoas com deficiências, é importante ressaltar que uma instituição pública de ensino, é um espaço acessível. Nesse sentido pode-se falar de democratização da escola enquanto atendimento da demanda por escolarização. A ação de democratização abre caminhos que norteiam o paradigma da inclusão, e permitem àqueles que por muito tempo foram excluídos da escolarização, o direito de serem atendidos, uma vez que “[...] a escola deve receber todos aqueles que buscam a satisfação de suas necessidades educacionais. Tratando-se neste caso da administração e satisfação do direito à educação, o ideal da construção de escolas democráticas dirige-se principalmente à rede pública de ensino” (TEIXEIRA, 2000, p. 45).

O ambiente educacional é marcado como um lugar a ser frequentado com a finalidade de buscar conhecimento. Entretanto, raramente se compreende que na escola também é possível instruir-se através das experiências culturais. Não obstante, ultimamente no âmbito educacional têm movimentos que tendem romper com esse modelo educacional dominante que propõe outros modos de pensar a escola. Trazendo outros meios de se alcançar conhecimento, revendo o sistema de avaliação e gerando uma releitura nas metodologias de ensino e aprendizagem. (MACHADO, 2009).

Desse modo sabe-se que a escola é um ambiente essencial que se manifestam as diversidades, portanto, é necessário repensar a defesa pela escolarização com um princípio inclusivo, que visa o reconhecimento, possibilidade e o direito de todos. Logo, o movimento da inclusão traz como princípio básico propiciar uma educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência e de todos os cidadãos à educação é constitucional.

Destarte a Educação Especial na perspectiva Inclusiva, vem estabelecer um modelo no qual a escola precisa se adaptar as especificidades do aluno, e que promova a sua permanência. E assim, que possa alcançar o seu máximo desenvolvimento. Ponderando que cada aluno possui suas especificidades e um conjunto de valores que os tornam diferentes uns dos outros e cada um tem seu ritmo de aprendizagem. É sabido que tal fato acaba se constituindo em um desafio a ser superado pela escola, pois a mesma deverá eliminar seu caráter segregacionista e incluir a todos no seu processo educacional, tendo em vista que é um direito desses alunos. (PINHEIRO, 2017).

Relata-se que ainda existe muitos fatores que dificultam a sociedade aceitar as pessoas com deficiências, isso ocorre por não saberem com agir diante das diferenças humanas.

A ciência do existir do outro é um elemento do qual a natureza humana é composta, estabelecendo, portanto, as diferenças existentes entre os sujeitos, as diferenças da qual todo ser é possuidor torna-se indispensável na organização social e identitária de cada ser humano. É no outro e a partir dele que as personalidades se assegurarão, ou seja, a diferença é indispensável a

fim de garantir uma saudabilidade na vida, sem que a mesma seja padronizada. O fato é que um indivíduo jamais será igual a outro há diversos aspectos que nos diferem, sejam eles biológicos, psicológicos ou físicos em menor ou maior grau. (PINHEIRO, 2017, p.31).

Pondera-se que uma das grandes virtudes nas relações de conviver com o diferente é a capacidade de aprender uns com os outros. Ainda assim têm muitos obstáculos que impedem a aceitação do “diferente”, em se tratando de questões inclusivas no âmbito social e escolar o ato de inserir os indivíduos “menos” favorecidos em questão de deficiências, ou distúrbios, a sociedade deixa muito a desejar, pois ainda se encontra despreparada e até cheia de pré-conceitos o que acaba excluído esses indivíduos do contexto da sociedade.

Nessa perspectiva o sistema educacional brasileiro é acometido pela carência da oferta de seus serviços, acarretando que as oportunidades educacionais sejam cada vez mais impossibilitadas, e em se tratando de pessoas com deficiência os desafios são ainda maiores. Caso pretendermos que a escola seja inclusiva é urgente que os planos sejam redefinidos a uma educação voltada para cidadania global, que seja plena livre de preconceitos, que além de reconhecer valorize as diferenças. (MANTOAN, 2010).

Para tanto a resolução CNE/CEB N° 02 (2001, p. 71) avigora que, “as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns [...] professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos”.

Corroborando com essa perspectiva Ropoli (2010, p.09), relata que, “para que essa escola possa se concretizar é patente à necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão”.

Assim, nessa perspectiva, por meio da pesquisa realizada com os profissionais que atuam no âmbito educacional, fez-se uma pesquisa de campo em uma escola de ensino público, está que dispõem de matrículas a alunos com deficiência de acordo como determina a LDB/1996. Por meio da entrevista realizada com esses profissionais, destacaremos as temáticas

relacionadas aos desafios que eles enfrentam para desenvolver um bom trabalho com alunos com deficiência e sobre a sua formação para atuar com esses alunos.

### **Concepção de Educação Inclusiva**

Analisando as respostas dos professores quando a eles foi perguntado sobre suas concepções acerca da educação inclusiva e o entendimento que tinham sobre a temática em questão destaca-se o entendimento destes professores sobre a educação inclusiva nas seguintes falas:

P2: [...] parece até contraditório quando se fala em educação inclusiva por que assim por que a proposta feita é e que todos se incluam. Os que são especiais têm oportunidades de ter acesso à educação evidentemente dada às observações das suas dificuldades, mas que tenham oportunidade [...];

P3 [...] é aquela educação em que você está inserindo o aluno no contexto escolar [...];

P5: [...] é uma modalidade educação onde você dá a oportunidade a estudantes que tenham determinada necessidade. E a escola tem que abrir esse espaço democraticamente;

P6: [...] dar condição para que todas as pessoas tenham aspectos de vida melhor.

P8: É um processo sistemático de ensino que visa atender as diferentes dinâmicas. Apresentam na instituição escolar: como deficiência as limitações das capacidades motoras, intelectuais, visual, comunicação;

P9: É a educação que atende dignamente estudantes com deficiência(s), contribuindo para o desenvolvimento de suas inteligências.

Com estas falas pode-se perceber que a educação inclusiva, segundo os professores é um processo que visa à inserção de pessoas com deficiências no âmbito escolar e desse modo garantir a elas acesso a educação.

Identificam-se concepções de educação inclusiva por uma visão limitada, considerando-a unicamente direcionada apenas as pessoas com deficiência. Cabe também ressaltar que alguns professores em suas falas demonstram com concepção mais ampla na qual a inclusão para eles inclui não somente a pessoa com deficiência, mas se estende a todos.

Para Mantoan (2003), a educação inclusiva de acordo com seus aspectos, tem que oportunizar um ensino de qualidade para todos os alunos,

provocando e exigindo novos posicionamentos, modernização e aperfeiçoamento de professores. Essa concepção de educação inclusiva trata de um protótipo educacional que se fundamenta na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferença com valores que não podem desvincular-se.

Nesse sentido, Carvalho (2007) afirma que a educação inclusiva é uma educação para todos e que tenha um sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de cada aluno, mas não somente daqueles que possuam algum tipo de deficiência, mas de todos que, por causas diversas, possuam dificuldades de aprendizagem. Pois quando se fala em educação inclusiva esta se refere à inclusão de todos, isto é, “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural- em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.” (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.21).

Nota-se que ainda existem muitos estereótipos a serem superados, uma vez que, nas falas transcritas os professores ainda têm concepções ligadas à normalidade utilizando de termos como “pessoas normais”, como se a pessoa com deficiência não fosse normal, que o ser diferente é uma condição de anomalia. Assim, o que se percebe é que os pré-conceitos ainda estão enraizados em um período ultrapassado em que as pessoas com deficiência não podiam nem participar da vida em sociedade por serem vistas como incapacitadas. No tempo atual em que vivemos estes pensamentos já deveriam ter sido desconstruídos, uma vez que já se tem conhecimento sobre como essas pessoas podem aprender, como podem viver em sociedade e que são capazes como qualquer outra, desde que a elas sejam dadas as oportunidades.

Nesse sentido, para que se tenha uma nova concepção de educação e sociedade, faz-se necessário que haja mais esclarecimento acerca dessas questões educacionais, no ambiente educacional é preciso que os profissionais envolvidos no processo adotem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva. É necessário que todos os agentes institucionais se percebam como gestores e técnicos da educação inclusiva.

Nesse ponto de vista torna-se essencial o exercício social e profissional destes agentes e que sejam apoiados em uma rede de ações interdisciplinares, que se entrelacem no trabalho com as dos alunos.

É necessário compreender que a educação inclusiva é alicerçada em uma educação para todos, com um sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, além de respeitar as necessidades de cada aluno, entretanto não apenas daqueles que possuam algum tipo de deficiência, mas de todos que, por causas diversas, possuam dificuldades de aprendizagem (CARVALHO, 2007).

### **Desafios e dificuldades enfrentados**

No que diz respeito às dificuldades em relação à inclusão de alunos com deficiência, destaca-se algumas falas dos profissionais da escola pesquisada:

P1: As dificuldades são amplas, por que falta boa vontade do poder público e o comprometimento educacional.

P2: Muito mais dificuldades. [...] a família não aceita, a primeira coisa é negar [...] que a aquela pessoa é portadora de necessidades especiais [...].

P4: São todas, pra mim particularmente [...] Então assim primeiro na sala de aula pra mim falar com um surdo mudo, eu não sei falar ... surdo mudo é libras. Eu não sei os sinais, eu já tentei, mas é complicado. [...].

P5: [...] alguns alunos talvez requeiram algum tipo de atendimento especial que o professor ainda não tem essa habilitação. Por exemplo, o pessoal de Braille, tem que ter os profissionais adequados;

P8: Falta de comunicação entre coordenação pedagógica e corpo docente sobre as particularidades dos alunos. Ausência de recursos específicos e conhecimento das deficiências do aluno;

P9: Inexistência de materiais adequados na escola (copiadoras, lupas etc.). Desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, Carência de tempo e espaço para planejamento coletivo;

P10: A formação específica do professor e a estrutura da instituição;

P11: Não tenho base para lidar com estas situações. Além do mais a escola não tem estrutura e nem profissionais capacitados para este fim.

Percebe-se por meio da fala dos profissionais que as dificuldades são diversas, seja ela pela falta de preparo, pela omissão da família ou descaso de órgãos competentes. Infelizmente está é a realidade de muitos profissionais e escolas que por vezes se sentem angustiados por não saber o que e como fazer para estar incluindo esses alunos. Ocorre que

[...] a inclusão educacional é um processo ainda a ser construído, visto que as práticas exercidas na maioria das escolas não contemplam um processo fidedigno que visa à aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos é certo que há necessidade de formulação e execução de políticas públicas inclusivas que envolvam principalmente o apoio à família e ao professor desde a sua formação. (SERRA, 2008, p. 41).

Essa construção da inclusão deve ser construída por cada um, deve haver diálogo entre na comunidade escolar sobre essa questão, uma vez que na sociedade atual em que se vive a falta de conhecimento não deveria ser utilizada sobre essas questões, pois o processo de inclusão vem sendo discutido amplamente não só no âmbito educacional, mas em todos os aspectos da sociedade. Não é necessário saber com propriedade as especificidades de cada deficiência, o que é preciso é que se tenham conhecimentos básicos e principalmente que haja abertura do profissional e comprometimento para com esses alunos, para que além do acesso eles realmente possam ter aproveitamento no que consiste a aprendizagem.

Existe a necessidade de romper com as justificativas que pairam sobre a falta de formação ou falta de conhecimento, pois atualmente pode-se dizer que existe uma democratização do conhecimento, em que as pessoas têm mais facilidade de terem acesso a ele. Assim, um professor que deve está sempre buscando e aperfeiçoando seu conhecimento, deve-se se desprender de que apenas a sua formação inicial foi suficiente, tendo em vista que o conhecimento sempre se molda, sempre algo novo acontece então se faz necessário buscá-lo.

É notável a confusão no que tange às dificuldades no trato e na aceitação de alunos com deficiências, a área da Educação Especial admite muitas ambiguidades e confusões, refletindo a ambivalência das pessoas em geral e das que diretamente fazem parte do processo ensino e de aprendizagem, em relação às pessoas com deficiência. (OMOTE, 2001).

A efetividade da aprendizagem consiste em explorar, possibilidades, talento e as predisposições do aluno. As deficiências, as dificuldades, e limitações precisam ser reconhecidas, mas não precisam limitar o processo de ensino. Por isso, em vez de focar na deficiência os professores entrevistados poderiam romper com esse olhar e buscar as possibilidades

para garantir a aprendizagem de todos os alunos pautando em seu currículo escolar por meio de práticas pedagógicas distintas que permitam o atendimento aos percursos de aprendizagem de cada estudante. É uma condição desafiadora, visto como demanda educadores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação para que venham criar possibilidades para o educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula. A provocação colocada aos profissionais da educação é a construção de um espaço escolar em que a diferença, seja ela de qualquer natureza possa existir; pois é preciso criar possibilidades em vez de continuar mantendo as antigas práticas.

Quando a escola inclui pessoas com deficiência ela torna-se um local mais propício para a aprendizagem. O ser humano é um ser único e não há uma fórmula singular de ensinar que funcione para todos; o ritmo da aprendizagem é individual e não importa se a criança tem ou não deficiência, cada uma tem seu tempo. Mantoan (2006, p.47) relata que

a inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e / ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Não se trata de uma aceitação apática do desempenho escolar, e sim de agir com realidade e coerência e admitir a existência das escolas para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, tidos como mais capacitados. Cabe à aos órgãos competentes possibilitem que a escola possa oferecer subsídios para que as limitações sejam cada vez menores.

Assim, entende-se que as práticas inclusivas carecem serem encaminhadas para a construção de significados para contribuir para o desenvolvimento das pessoas com e sem deficiência. Para o alcance dessa finalidade, compreende-se que a educação regular e a educação especial precisam ser parceiras fundamentadas em políticas que não só reconheçam as diferença, mas também as valorize quanto condição humana.



### **Formação adequada com vias à educação especial na perspectiva inclusiva para receber o aluno com deficiência**

Os profissionais da escola pesquisada relataram não haver qualquer esclarecimento ou formação por parte da mesma, para que eles fossem capacitados para trabalhar com alunos com deficiência, e que as noções que tiveram foram ainda na sua formação inicial.

P2: [...] é um grande problema nos currículos das licenciaturas, as universidades ao que parece desejam a todo o momento nos orientar para trabalhar com Educação Básica, mas o currículo da maioria das universidades é voltada para educação superior nos preparam pra trabalhar com educação superior e não para Educação Básica [...];

P3: [...] só com a vivência mesmo [...];

P4: [...] eu tive essa cadeira por que é obrigatória a cadeira sobre educação inclusiva, a gente teve algumas oficinas como Braille, Libras eu gostei me encantei, mas não deu pra dar continuidade, por causa do tempo. A gente começa a trabalhar, aí no meu caso eu trabalho três turnos aí com muita responsabilidade e tem que dar conta de tudo, aí a gente vai deixando pra trás [...];

P5: Não, infelizmente não;

P6: Com certeza não;

P10: Não. Houve uma disciplina que propôs assuntos trabalhos para aulas para deficiente visuais;

P11: Só algumas informações sobre o assunto;

P12: Não, infelizmente não.

O que se observa nas falas dos professores é que enquanto profissionais da educação, a sua formação não os preparou para trabalharem com esse público, uma vez que só tiveram cadeiras teóricas que não propiciaram um maior embasamento acerca da Educação Especial inclusiva e de como trabalhar com esses alunos.

Ao fazer análise das respostas percebeu-se que não existiu busca por fazerem algum curso que possibilitasse o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para alunos com deficiência. Tendo em vista que na formação acadêmica desses profissionais do ensino não teve na sua estrutura, habilitação para que estes saíssem de sua formação inicial preparado para trabalharem com alunos que possuam alguma deficiência.

Nessa perspectiva de formação, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica aponta determinadas linhas que

orientam para a modalidade da Educação Especial. As Diretrizes instituem propostas pedagógicas que garantam recursos e serviços educacionais especializados para garantir a educação escolar inclusiva e prover o desenvolvimento de potenciais dos alunos com deficiência na educação escolar. As Diretrizes recomendam a formação continuada e o aprofundamento de estudos por meio de recursos de especialização. (BRASIL, 2001).

Fruto do que foi discutido e documentado na Declaração de Salamanca quando destaca que a

[...] atenção especial deverá ser dispensada a preparação de todos os professores para que exerçam sua autonomia e apliquem suas competências na adaptação dos programas de estudos e da pedagogia, a fim de atender as necessidades dos alunos e para que colaborem com os especialistas e com os pais (ESPANHA, 1994, p. 37).

O argumento mais frequente de profissionais que resistem à inclusão é justamente essa de alegarem não ter sido preparado para esse trabalho. Pois quando se trata na formação em serviço, os profissionais reagem de início, alegando fatos sobre a sua metodologia, isso ocorre por estarem acostumados a aprender de maneira fragmentada e basicamente instrucional. Ficam na espera por uma preparação, ou uma fórmula para ensinar os alunos com deficiência, ou ainda, uma formação que permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico pré-definidos a suas salas de aula, que lhes garanta uma solução de qualquer problema (MANTOAN, 2006).

Para Nóvoa (1995, p. 25),

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir à pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

A compreensão desses profissionais sobre sua formação, no que diz respeito a serem capacitados ou não para trabalharem com esses alunos é um curso seja ela de extensão, especialização, ou seja, que tenha em mãos algum documento que comprove que os mesmos estão habilitados. O que se torna uma visão equivocada do que é uma formação em serviço de da significância da inclusão no contexto escolar. Como consequência essa imprecisão de conceitos acaba por distorcer a finalidade das ações que devem ser concretizadas, o que acaba retardando o processo de inclusão.

Tal fator ocorre porque a educação especial esteve ausente da matriz curricular da maioria das instituições de ensino superior, o que contribuiu para que muitos professores não tivessem contato com esse segmento, repercutindo assim, no processo de inclusão, levando em conta que os docentes restritos aos discursos que privilegiam os padrões de normalidade e geralmente se assustam quando recebem um aluno com deficiência em sua sala de aula, pois não sabem como agir ou trabalhar pedagogicamente com esse discente.

As barreiras impostas ao processo de inclusão têm inúmeros fatores, um dos mais comuns apontados é a matrícula de alunos com diferenças orgânicas sem o devido cuidado por parte da escola com a adaptação de procedimentos didáticos, formação continuada de professores, adaptação de material e outros aparatos básicos.

Serra (2008, p. 34) lembra que

Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor, e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada. As práticas pedagógicas eficazes e apropriadas às deficiências são imprescindíveis para a evolução dos alunos, e isso o professor só consegue planejar e desenvolver quando recebe o referencial teórico e assessorias pedagógicas adequadas.

Ressalta-se que apenas a garantia de matrícula na escola não é suficiente para incluir o aluno com deficiência no ensino regular, é necessário que existam medidas eficazes que contemplem as necessidades básicas de aprendizagem do aluno. E que toda a comunidade escolar

trabalhe em conjunto para tentar suprir ao menos as necessidades mínimas desses alunos.

É necessário esclarecer que se sabe que a promoção da inclusão e tornar uma escola acessível não dependem somente do professor, depende da articulação entre setores maiores com a escola, tendo em vista que existe uma vasta documentação legislativa que visa à garantia do processo de inclusão.

### **Conclusão**

Com intuito de descrever aos questionamentos acerca dos desafios dos profissionais da educação e das políticas que garantem o acesso à educação de pessoas com deficiência com vias a uma educação especial na perspectiva inclusiva. É de notório saber que é necessário bem mais do que apenas as políticas para ajudar na construção de uma educação inclusiva para todos, sem distinções, ofertando as condições indispensáveis para promoção do sucesso da aprendizagem de alunos com deficiência.

Percebeu-se no que tange aos fatos relacionados aos desafios dos profissionais da educação frente a uma perspectiva inclusiva, verificou-se que os professores para trabalhar com as pessoas com deficiência necessitariam ter no mínimo alguns conhecimentos básicos sobre a inclusão, sobre as deficiências. Nesse sentido, pensa-se que a busca por conhecimento não depende somente de órgãos competentes, como o governo, ou estado, mas da própria busca como profissional da educação. Sendo imprescindível nesta época em que vivemos, um Profissional que atua na educação está sempre aprimorando seus conhecimentos. No entanto, o que se percebeu é que ainda são necessárias muitas ações que possam despertar a sensibilização desses profissionais para que mesmo sem ter tido uma formação adequada, tenham autonomia para buscar a mesma. Assim, podem contribuir para o efetivo processo inclusivo, bem como possibilitar que a pessoa com deficiência passe por um processo de ensino e de aprendizagem que favoreça sua formação crítica de sujeito. Para tanto, é imprescindível que para a operacionalização efetiva da educação inclusiva os

profissionais da educação estejam dispostos a contribuir para a mesma, rompendo com os discursos que visam justificar ações excludentes.

Sabe-se que tratar do assunto sobre da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva ainda existe divergências, pois não existem métodos únicos ou fórmulas que tragam êxitos essenciais no que tange essa proposta inclusiva. Propor medidas, conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os profissionais educadores para que a educação seja uma ferramenta indispensável ao alcance dos objetivos propostos para uma escola inclusiva ao aluno com deficiência. Nesse sentido, os profissionais da educação devem ter ciência de que ainda que acumulem títulos, cursos ou certificados, nunca haverá uma receita, ou instruções passo a passo de qual metodologia aplicar em sala de aula com o aluno com deficiência, pois ainda que seja a mesma deficiência, a forma de aprender nunca será igual.

Nesse contexto e nessa perspectiva é evidente uma proposta baseada em princípios e leis que reconheçam a necessidade de uma educação igualitária para todos, propondo renovação social e pedagógica. É necessário que a escola, os profissionais da educação e a sociedade se preparem para receber o aluno com deficiência e não que ele se prepare para ir à escola. Sabe-se que obviamente a operacionalização da educação inclusiva não depende somente dos professores, mas que este tem um papel importante para que a mesma aconteça.

Por fim, para uma nova concepção de educação e sociedade, faz-se necessário que exista além das políticas de acesso, que os sistemas educacionais e seus profissionais assumam esse compromisso e deixem de usar sempre as mesmas justificativas para a não ocorrência da mesma. Assim, para que as transformações sejam operadas nos modos de relação dentro da escola os profissionais envolvidos nesse processo sejam adotados para si a tarefa de pensar e repensar estas questões de forma reflexiva e coletiva. É preciso que todos os agentes institucionais se percebam como gestores e técnicos da educação inclusiva. Essa perspectiva torna-se essencial para o exercício social e profissional destes agentes e que sejam

apoiados em uma rede de ações interdisciplinares, que se entrelacem no trabalho com as dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 70. Portugal; Lisboa, 1977.

BRASIL Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011. Viver sem Limite. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm). Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação  
*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.11, n.31, p. 625 - 649, 2020*

nacional. 6.ed. Brasília: Câmara de Deputados, Edição Câmara, 2011. p. 30 - 55.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 abr.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE/ Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação  
*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.11, n.31, p. 625 - 649, 2020*

contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 9 nov. 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

ESPANHA. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca. Espanha, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN. Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Moderna: São Paulo – SP, 2006.

MANTOAN. Maria Teresa Egler. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MANTOAN. Maria Teresa Egler. A Educação Especial no Brasil da Exclusão à Inclusão Escolar. Cambuí – Campinas LEPED/Unicamp. 2010.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.



OMOTE, Sadao. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M.; TANAKA, E. D. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 45-52.

PINHEIRO, Joice Fernanda. *Desafios e concepções dos professores do Centro de Ensino Paulo VI para educação inclusiva*. 73f. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida. [et al.]. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A escola comum inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William . *Inclusão: Um guia para educadores*. ARTMED. Porto Alegre (RS), 1999.

TEIXEIRA, Beatriz Basto. *Por uma escola democrática: colegiado, currículo e comunidade*. 2000. (Tese de Doutorado em Educação). São Paulo. USP.